

O PAPEL DA ESCOLA POR MEIO DE UMA AÇÃO EMANCIPADORA PARA AS CRIANÇAS COM AUTISMO.

Vivian Cabral

*Universidade do Estado do Rio de Janeiro- Faculdade de Educação da Baixada Fluminense
vi.vi.cabral@hotmail.com*

Resumo: O presente trabalho tem o objetivo tornar-se visível a estíma do profissional de apoio denominado por algumas instituições de Agente de Inclusão como atuante facilitador na socialização e a importância da qualificação dos professores que recebem os alunos com Autismo. Por meio da qualificação do professor e o apoio do Agente de Inclusão o trabalho pedagógico e as práticas lúdicas acontecem para o melhor aprendizado do aluno e que a sociabilização pode e deve ser feita na escola com o objetivo de formar uma sociedade mais justa e emancipadora.

Palavras-chave: Educação, Autismo, Práticas Escolares, Qualificação.

Introdução

A inclusão é um tema que está nas grandes discussões atuais, pois o assunto expõe a parte mais “frágil” da escola, enfrenta e mostra os seus limites estruturais, pedagógicos e de preparo humano (qualificação profissional) para atender as necessidades das crianças, proporcionando-lhes o suporte indispensável para que consigam construir bases sólidas para que alcancem seus objetivos.

A inclusão escolar da pessoa com necessidades educacionais especiais é um tema de grande relevância e vem ganhando espaço cada vez maior em debates e discussões que explicitam a necessidade de a escola atender às diferenças intrínsecas à condição humana. (SILVEIRA, F. F; NEVES, M. M. B. J. Pág.79)

O currículo é a parte essencial da escola, por meio deste a escola organiza seus objetivos, conceitos e metas. Esse documento deve conter recursos para que a equipe pedagógica consiga o suporte necessário para atender todos os alunos. Segundo a LDB (Lei e Diretrizes e Bases para Educação) e de extrema importância que o currículo seja revisado e adaptado (quando houver necessidade) para atender educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

Art. 59 . Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais: I – currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específica, para atender às suas necessidades. (Leis e Diretrizes e Bases da Educação Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Capítulo V; da Educação Especial)¹

No Brasil, há documentos oficiais que garantem e expõe a importância do Ensino e a Prática Inclusiva nas escolas , citamos alguns destes: A Constituição Federal de 1988 (art: 208, inciso: III), onde garante o atendimento escolas aos portadores de necessidades especiais.

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino. (Constituição Federal Capítulo III; Da Educação, Da Cultura E Do Desporto; Seção I; Da Educação)²

O PNE 2014-2024 (Plano Nacional de Educação) constituindo metas exclusivas para a Educação Especial, especificamente a meta 4. O documento consiste em um plano governamental para o atendimento nas escolas aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação para o acesso a educação com o atendimento “instrumentado” com:

- Salas de recursos;
- Classes inclusivas;
- Serviços especializados (agentes de inclusão e a qualificação profissional adequada ao professor).

4.3 implantar, ao longo deste PNE, salas de recursos multifuncionais e fomentar a formação continuada de professores e professoras para o atendimento educacional especializado nas escolas urbanas, do campo,

¹ http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/L9394.htm

² http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

indígenas e de comunidades quilombolas. (Plano Nacional de Educação. Meta 4 . Lei Nº 13.005, de 25 de junho de 2014.)³

A escola é a primeira porta em que as crianças têm a oportunidade de construir seus próprios grupos sociais longe da “interferência” familiar consistindo no lugar das primeiras trocas sociais que são realizadas pelas próprias crianças. O papel da escola na inclusão é tratado como um assunto de grande e urgente valor, pois a escola é o local onde essas trocas sociais acontecem e a importância do processo de socialização para um aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação é enorme, já que por muitas vezes são os primeiros ambientes ou pessoas que são apresentados a eles longe da presença dos pais ou responsáveis.

As crianças com autismo ou síndrome de Asperger até tentam se relacionar, mas, depois de constantes fracassos, tendem a associar a vida em grupo com algo pouco prazeroso. Intermediando esse contato por meio de brincadeiras, jogos e atividades, o professor consegue incluir, verdadeiramente, essa criança no ambiente escolar. Com o tempo, a criança desenvolve seus próprios instrumentos para manter as relações, se tornando mais hábil socialmente. O contato social com crianças com necessidades especiais é importante também para os demais alunos, que aprendem a lidar com as diversidades, quebrar preconceitos e construir um mundo mais tolerante e solidário. (SILVA; GAIATO; REVELES. 2012. Pg. Ilegível. Capítulo: 5)

A qualificação profissional para o professor que atende aos alunos com necessidades especiais é algo essencial e urgente, visto como um profissional qualificado é um atuante que facilita o desenvolvimento de ensino-aprendizagem. Por meio da capacitação do professor, apresenta benefícios para a escola com o trabalho docente, onde a estimulação associadas com as práticas lúdicas o aprendizado ultrapassam as paredes da sala de aula.

³ http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm

A importância do professor com uma formação superior, atualizada é essencial para que o processo de inclusão aconteça de fato, de modo que no momento em que recebemos os nossos alunos, eles tenham a oportunidade de desfrutar do melhor, onde o professor estimule a criatividade através de atividades lúdicas com o objetivo de ampliar as suas especificidades. Porém infelizmente, encontramos a cada dia nas salas de aulas da maioria das escolas, professores com uma formação básica, onde não há cursos de atualização, planos de carreira ou qualificação profissional que possa possibilitar ao professor uma segurança para a realização do trabalho docente.

Crianças com Autismo, família e a escola.

Os primeiros “sintomas” que são apresentados pelas crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA), acontecem geralmente quando estão no meio familiar. Por muitas vezes a família ignora a “possibilidade” de tratamento, pois que não enxerga a probabilidade de que os seus filhos sejam portadores do (TEA). Cada criança com o TEA apresentam características do Espectro diferentes. Por conta disso, os médicos não obtém um diagnóstico sucinto nos primeiros anos de vida. Infelizmente caracterizamos o Autista como uma pessoa que tem o hábito de ficar isolada, fazendo movimentos repetitivos e por consequência desses “diagnósticos comportamentais” não há um resultado mais preciso e precoce. Segundo o site da Instituição AMA (Associação Amigos do Autista) ⁴ em um texto escrito pela Psiquiatra Leticia Calmon Drummond Amorim⁵, o diagnóstico do autismo é clínico, feito através de observação direta do comportamento e de uma entrevista com os pais ou responsáveis. Os sintomas costumam estar presentes antes dos 3 anos de idade, sendo possível fazer o diagnóstico por volta dos 18 meses de idade.

⁴ <http://www.ama.org.br/site/diagnostico.html>

⁵ Psiquiatra da infância e adolescência, Mestre em Psicologia pela USP - SP

E de extrema importância para haja um profissional capacitado dentro das salas de aulas de educação infantil, já que por muitas vezes as famílias ignoram ou desconhece os “sinais” de TEA. O profissional capacitado poderá alertar aos pais sobre a necessidade haver uma avaliação de um profissional médico, onde poderemos a escola, família e os médicos a caminhar juntos para um bem comum deste aluno. Os primeiros sinais das crianças com TEA apresentam antes de chegarem à escola são:

- Sempre permanecer com os seus pais ou responsáveis;
- Não haver interações sociais por meio do processo de imitação (bebê);
- Movimentos repetitivos;
- Não haver o desenvolvimento da “fala” com até 1 ano, com o objetivo de comunicação;

O papel da fala é um fator determinante na vida de um ser humano, já que é responsável por organizar os fatores psicológicos e psicomotores. O primeiro e o segundo ano de uma criança são cercados de transições e a fala é uma delas, visto como esse instrumento é empregado à criança percebe que poderá “controlar” mais facilmente o ambiente que a cerca.

Antes de controlar o próprio comportamento, a criança começa a controlar o ambiente com a ajuda da fala. Isso produz novas relações com o ambiente, além de uma nova organização do próprio comportamento. A criação dessas formas caracteristicamente humanas de comportamento produz, mais tarde, o intelecto, e constitui a base do trabalho produtivo: a forma especificamente humana do uso de instrumentos. (Vygotski, L. S.1991. pg. 20)

A relação entre a fala e a ação é dinâmica no decorrer do desenvolvimento das crianças, como a fala antecede um planejamento que por fim vem à ação. Inicialmente a fala segue a ação, sendo provocada e dominada pela atividade. Posteriormente, entretanto, quando a fala se desloca para o início da atividade, surge uma nova

relação entre palavra e ação. Nesse instante a fala dirige, determina e domina o curso da ação; surge a função planejadora da fala, além da função já existente da linguagem, de refletir o mundo exterior. (Vygotski, L. S.1991. pg. 22)

O trabalho pedagógico e a importância do Agente de Inclusão

No ano de 2001, as diretrizes já traziam a importância do trabalho de inclusão para portadores de necessidades especiais, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades ou superdotação e a do Agente de Inclusão (mediador). No entanto somente havia uma exigência, o aluno para receber essa “mediação” deveria apresentar a condição de surdez, onde o interprete de LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais) iria atender essa demanda.

A interação somente torna-se absolutamente necessária quando se trata, por exemplo, da educação dos surdos, considerando que lhes é facultativo efetivar sua educação por meio da língua portuguesa e da língua de sinais, depois de manifestar a opinião dos pais e sua própria opinião. (Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação básica. Pág. 51)⁶

Em 2018, as Diretrizes modificam essa afirmação, visto como a meta quatro inciso 4.8 garante que exista um Agente de Inclusão ou Mediador que faça a articulação entre o ensino associado ao atendimento especializado. Nas escolas esse atendimento que é realizado pelo Mediador ou Agente de Inclusão onde auxilia, planeja (Professor e o Mediador) e instrui através de atividades lúdicas estimulando a criatividade e estando como atuante facilitador para a socialização da criança com o mundo.

4.8 garantir a oferta de educação inclusiva, vedada a exclusão do ensino regular sob alegação de deficiência e promovida à articulação pedagógica entre o ensino regular e o atendimento educacional especializado. (Plano Nacional de Educação. Meta 4 . Lei Nº 13.005, de 25 de junho de 2014).⁷

⁶ <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/diretrizes.pdf>

⁷ http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm

O plano nacional de Educação fortifica a ofertas de vagas nas escolas públicas e particulares que são ofertados com intensão de garantir o ingresso das crianças às salas de aulas. A inclusão é parte fundamental para a sociedade, visto como a torna mais justa e faz que ela exerça a democracia. O valor da prática de inclusão nas escolas com as crianças com Autismo é muito formidável, já que a escola faz parte do conjunto de fatores de sociabilização, onde a criança é beneficiada em sua totalidade são:

- Acadêmico: Exemplo: comunicação/ estimular para realizar as atividades diárias;
- Físico: Exemplo: Evoluções significativas na coordenação motora;
- Social: Exemplo: Interação com o meio e aqueles que os cerca;

Pensando desta forma a mediação é um processo no qual apoia a criança a processar o mundo, porém não devemos desconsiderar a possibilidade de conflitos (estranhamento), onde através desse profissional poderemos oferecer mais conforto e solução dos problemas. Segundo Silveira e Neves (2006), descrevem que Vygotsky assume uma posição que privilegia a importância dada á aprendizagem escolar como promotora do desenvolvimento e que reconhece o papel desempenhado pelo professor como mediador no processo de aquisição de conhecimento, na formação de conceitos científicos e no desenvolvimento cognitivo de seus alunos.

Segundo a afirmação acima, Vygotsky coloca o aluno em destaque, onde os processos de sociabilização e aprendizagem são diferentes e havendo a possibilidades por meio da mediação obter resultados positivos, não somente com a relação professor e aluno, também motor, fônico e de concentração.

As atividades lúdicas propõe ao aluno com TEA, possibilidade de experimentar. A experimentação é um estímulo, onde podemos estudar várias possíveis respostas e “demarcar” qual é o caminho por

onde podemos prosseguir para a melhor adaptação ao processo de ensino-aprendizagem do aluno.

[...] ela pode aprender de maneira diferente ou mais lenta, mas é capaz de conseguir, sim! Insista e discuta sempre com os profissionais novas maneiras e técnicas criativas capazes de trazer o estímulo necessário para que ela consiga aprender de forma eficaz.[..] (SILVA; GAIATO; REVELES. 2012. Pg. Ilegível. Capítulo: 4).

Utilizar de recursos visuais para o trabalho pedagógico em sala de aula é fundamental para estabelecer rotina com os alunos de TEA. Uma vez que com a estimulação por meio do contato visual, estabelecem a rotina e mostraram a ocasião para cada atividade diária. Através desse processo, estabelece no aluno a organização de cada atividade em que deverá ser realizada, hora ou momento.

O professor e a criança podem trocar imagens, desenhos etc. para se comunicarem de forma mais efetiva. Por exemplo, quando a criança tem sede, ela aprende a escolher a imagem de um copo em sua "pasta de figuras", entrega ao professor que logo saberá o que ela deseja. Usar métodos alternativos e criativos na comunicação traz acolhimento e faz com que a criança se sinta compreendida. Previne angústias e dificuldades comportamentais e favorece uma relação mais tranqüila e próxima entre professor e aluno. (SILVA; GAIATO; REVELES. 2012. Pg. Ilegível. Capítulo: 5).

O trabalho pedagógico desenvolvido dentro da sala de aula para a adaptação e ensino para os alunos portadores de necessidades especiais, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades ou superdotação são decisivos para a formação social, psicomotora e fonética. Entretanto principalmente o fator social que é proposto pela convivência com os outros colegas de classe, professor, medidor e a equipe pedagógica coloca a inclusão em um papel que assume uma proporção muito além do que podemos imaginar para a família e o aluno. A possibilidade de interação com o ambiente de aprendizado e

conhecer outras crianças e brincar é fazer com que a democracia seja exercida efetivamente em nossas salas de aula.

Considerações finais

A importância da Inclusão em sala de aula é um assunto que vem sendo discutido há anos, pois os benefícios são grandiosos para o Professor, Agente de Inclusão e o aluno. O Agente de Inclusão submerge na sala de aula para ser o “braço direito” do professor na sociabilização e no aprendizado do aluno, por meio de atividades lúdicas e a participação de toda a turma de qual ele faz parte.

A qualificação do profissional de educação faz toda a diferença no trabalho executado pelo Agente de Inclusão, já que o professor planeja a aula, idealiza atividades lúdicas onde toda a turma participa com o objetivo de sociabilização e produz atividades práticas diferenciadas para que o aluno consiga criar estratégias para lidar com o dia-a-dia em conjunto do profissional de Inclusão.

A escola é o caminho para a democratização do ensino e as primeiras ligações para a Inclusão na nossa sociedade, visto como neste local é onde selecionamos o nosso grupo social longe da família, adquirimos autonomia para fazer as nossas escolhas, aprendemos a viver em comunidade e lidar com as diferenças.

Referências

BASTOS, João Batista. *Gestão democrática da educação: a prática administrativa compartilhada*. Nº 168, Ano: 16 de Junho de 2007.

CURY, Augusto Jorge. *Pais Brilhantes, Professores fascinantes: A educação inteligente: formando jovens pensadores e felizes*. Editora: Sextante. Ano: 2003.

SILVA, Ana Beatriz Barbosa. GAIATO, Mayra Bonifácio. REVELES, Leandro Thadeu. *Mundo Singular: Entenda o autismo*. Editora: Fontanar. Edição: 1. Ano: 2012.

SILVEIRA, F. F. NEVES, M. M. B. J. *Inclusão escolar de crianças com deficiência múltipla: Concepções de pais e professores*. Psicologia. Teoria e Pesquisa, Brasília-DF, v. 22, n.º 1, p. 79-86, 2006.

SILVEIRA, Kelly Ambrosio. ENUMO, Sônia Regina Fiorim. ROSA, Edinete Maria. *Concepções de professores sobre inclusão escolar e interações em ambiente inclusivo: uma revisão da literatura*. Revista Brasileira de Educação Especial, v. 18, p. 695-708, 2012.

VYGOTSKI, L. S. *A formação social da mente*. Livraria Martins Fontes Editora Ltda. 4ª edição brasileira Coordenação da tradução: Grupo de Desenvolvimento e Ritmos Biológicos - Departamento de Ciências Biomédias USP Revisão da tradução: Monica Stahel M. da Silva. São Paulo - SP 1991